

A fronteira do oeste: o desconhecido território lusitano¹

Ana Paula de Oliveira Lopes²
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este trabalho é uma introdução ao estudo sobre Mato Grosso na sua condição de fronteira expandida e colonizada pelos portugueses no século XVIII, especialmente no governo de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1790), através da consolidação da primeira capital da antiga província, Villa Bella da Santíssima Trindade, enquanto um território conquistado a partir dos códigos culturais europeus.

Palavras-chave: Mato Grosso; colonização portuguesa; fronteira; século XVIII.

¹ O artigo é parte integrante do dossiê *Mato Grosso Português: ensaios de Antropologia Histórica*, publicado originalmente pela Editora da UFMT, em 2002, no volume 6 da Série Antropologia, publicação do Departamento de Antropologia, que a Aceno tem reeditado em suas últimas edições. Como Maria Fátima é organizadora do dossiê e autora do primeiro artigo do referido volume, optamos por publicar nesta reedição a introdução ao dossiê, em que ela apresenta os seis artigos que o compõem. Os outros cinco artigos do dossiê *Mato Grosso Português: ensaios de Antropologia Histórica* serão publicados nas edições seguintes da Aceno, na ordem em que estão publicados na primeira publicação. Toda essa reedição de artigos da Série Antropologia está sendo realizada com autorização da Editora da UFMT, detentora dos direitos autorais.

² Graduada em História, especialista em Antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso e professora de História da Secretaria Estadual de Educação (MT).

The western frontier: the unknown Lusitanian territory

Abstract: This work is an introduction study of Mato Grosso as a frontier conquered and extended by Portuguese colonizers in the XVIII century, particularly during the period of the General Governor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1790), when he consolidated the first colonial capital Villa Bella da Santíssima Trindade, as a territory constructed according in the European cultural code.

Keywords: Mato Grosso; Portuguese colonization; frontier; XVIII century.

La frontera occidental: el desconocido territorio lusitano

Resumen: Este trabajo es una introducción al estudio de Mato Grosso en su condición de frontera ampliada y colonizado por los portugueses en el siglo XVIII, especialmente en el gobierno de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1790), a través de la consolidación de la primera capital de la antigua provincia, Villa Bella da Santíssima Trindade, como territorio conquistado a partir de códigos culturales europeos.

Palabras clave: Mato Grosso; colonización portuguesa; frontera; siglo XVIII.

A transformação do espaço em território é um fenômeno de representação coletiva, uma ordenação do espaço humano, pois os grupos humanos constroem sua relação com a maternidade, quando a noção de natureza e cultura se fundem. Segundo Denise Maldí (1997), no limite, podemos definir territorialidade como a inter-relação entre espaço e sociedade, sendo o território uma forma específica de controle de um determinado grupo sobre uma determinada área.

Partindo do diálogo entre a História e a Antropologia, Denise Maldí (1997), trata das noções de território e territorialidade para chegar à discussão sobre fronteira, que pode ser definida “ao mesmo tempo como uma construção ideológica, cultural e política”. A fronteira é resultado da imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o outro, e está diretamente relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade. A autora faz um paralelo entre a noção de territorialidade e fronteira:

Na raiz da percepção do nós, a construção básica da identidade coletiva e por extensão, a sede de estabelecimento da diferença, o limite para a construção da alteridade enquanto uma situação antagonica por definição. Portanto, se o território é a representação coletiva fundamental da sociedade, a fronteira é a representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença, ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade. (MALDI, 1997: 187)

A conceituação sobre territorialidade e fronteira é fundamental na construção do meu objeto de pesquisa, que é o processo de ocupação da região Oeste do Brasil, enquanto projeto colonizador português do século XVIII.

O marco temporal da pesquisa é o governo do 4º Capitão General de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1790), por ser um período onde se consolida a fronteira Oeste do Brasil, com o Tratado de Santo Idelfonso (1777), e a construção planejada da capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, que tornou-se a imagem do movimento político, econômico e cultural da Europa, onde Portugal construiu as várias formas de controle, buscando transformar o espaço desconhecido em território lusitano, a partir dos códigos culturais europeus.

Para além-mar: Portugal no século XVIII

Pela sua posição geográfica litorânea, busca de novas rotas comerciais, a aliança entre a dinastia de Avis e o capital mercantil, Portugal lançou-se na aventura d’além-mar, consolidando-se com um centro de expansão ultramarina dentro da Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Podemos encontrar inúmeras expressões para caracterizar o movimento expansionista: descobrimento, expansão, evangelização, encontros de civilizações, colonialismo, espírito de Cruzada, fome de ouro e das riquezas das colônias, tempo de descoberta do nu e das vergonhas.

Todas essas denominações nos ajudam a visualizar o processo expansionista português do século XVI ao século XVIII, do desejo por riquezas que se traduziu

na construção da teia de relações entre a metrópole e a colônia; no pacto colonial, onde a metrópole buscava um controle total das suas possessões, através de um rigoroso mecanismo fiscal e monopólio exclusivista.

Os países ibéricos consagram-se no palco europeu como grandes potências, senhoras do aquém e além-mar. Esse período de engrandecimento português foi seguido por outro, de declínio enquanto potência na Europa, já na segunda metade do século XVIII.

Foi sobre esse período que me debrucei para a construção de uma história antropológica das relações étnicas em Mato Grosso. Busquei compreender Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, através das ações e memórias dos representantes portugueses Ricardo Franco de Almeida Serra e Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que nos remete a questões políticas, econômicas e culturais na Europa, especialmente em Portugal.

A reflexão sobre o velho continente faz-se necessária na medida em que a grande maioria das políticas desenvolvidas pelos portugueses na sua colônia sul-americana foi pensada dentro da lógica europeia. Como exemplo, a construção das cidades, a definição das fronteiras, a “amizade” com a população castelhana e indígena, os caminhos de circulação, o comércio entre capitânicas, entre outros. Logo, o estudo das ações dos seus representantes aqui na América é fundamental à compreensão do processo histórico da Europa.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela descentralização do poderio ibérico. Até aquele momento, Portugal e Espanha viviam em uma situação de maior controle e domínio em relação às suas colônias. Enquanto outros países da Europa, mas também da América do Norte, estavam na busca da revolução na forma de pensar o mundo, o iluminismo. Portugal não ficou alheio a esses movimentos e sofreu o impacto em suas colônias ameaçadas.

Para o historiador Fernando Novaes (1981: 18):

O equilíbrio das relações políticas internacionais se organizava em torno de outros centros, França e Inglaterra; as novas potências assumiam definitivamente a dianteira no desenvolvimento econômico e no movimento das ideias, passando as monarquias ibéricas a potência de segunda ordem.

Mesmo Portugal perdendo parte das suas posses coloniais no século XVIII, foi no século XIX que essa situação se aprofundou, intensificando as invasões comerciais da Inglaterra e França, nos mercados da América do Sul, quanto na Ásia e África. No Brasil, foi no século XIX que a Inglaterra estabeleceu sua presença de forma mais efetiva, como a abertura dos portos às Nações Amigas em 1808, quando os ingleses despejaram os seus produtos com taxas alfandegárias menores, em relação aos outros países europeus. Em Mato Grosso, a presença do capital inglês foi sentida na abertura das Casas Comerciais e no financiamento das usinas de açúcar na “Baixada Cuiabana”.

No século XVIII, Portugal buscou uma reestruturação, através de mudanças empreendidas pelo Marquês de Pombal, na tentativa de garantir-se enquanto potência imperial.

A forma de exploração econômica utilizada em relação às suas posses d'além-mar baseava-se no sistema colonial. As colônias constituíam um fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole. Foi através do monopólio (exclusivismo colonial) que se norteou a relação de Portugal com suas colônias. Podemos definir monopólio como “o direito exclusivo sobre um determinado produto, ou sobre um o comércio com um determinado país; sendo que este direito exclusivo poderia ser concebido a pessoas ou companhias” (ARRUDA, 2000: 168).

Foi diante de ameaça inglesa, para garantir o monopólio sobre suas colônias, que Portugal colocou em cena o primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que assumiu a política portuguesa no período que se estendeu de 1750 a 1777.

Nesse período ocorreram em Portugal reformas em todos os setores, afim de garantir um maior controle e reestruturar com uma nova feição a relação metrópole e colônia. Segundo Fernando Novaes, mesmo com as reformas feitas por Pombal, o quadro da segunda metade do século XVIII era este:

Na segunda metade do século XVIII, convergem duas tendências no comércio internacional e colonial, e essa convergência era de molde a pôr cada vez mais em xeque o sistema colonial como um todo. De um lado, o desenvolvimento irreversível da revolução industrial inglesa exigia cada vez mais a abertura dos mercados ultramarinos pelas vias metropolitanas. O resultado dessa consciência de tendências divergentes tinha necessariamente de fazer com que os interesses do industrialismo inglês se orientasse no sentido de ruptura do pacto colonial, removendo-se o intermediário das metrópoles. A pressão sobre os mercados ultramarinos portugueses e castelhanos se voltassem cada vez mais para o contrabando. (NOVAES, 1986: 123)

Portugal inaugurou uma série de reformas para conter o avanço inglês. As medidas todas empreendidas por Pombal continham uma forte inspiração Iluminista, movimento intelectual ocorreu na Europa no século XVIII, situando os filósofos *Descartes* (fundou o racionalismo na filosofia), *Locke* (contribuiu com a teoria política, lançando as sementes do liberalismo), *Voltaire* (filósofo que lutou pela liberdade individual), *Newton* (modificou a visão de mundo, provando que o universo é regido por leis físicas invariáveis, cabendo a ciência conhecê-las), além dos enciclopedistas como *Denis Diderot e Jean D' Alembert*.

Um das primeiras medidas tomadas sob inspiração iluminista foi quanto à própria estética da cidade de Lisboa, que sofreu um grande terremoto em 1755. Pombal colocou em prática o seu movimento da natureza faz em Lisboa para uma “ordem”, pois o pensamento Iluminista de construção estava presente, impressionando visualmente a população lisboeta e a própria Europa.

A essas mudanças na arquitetura juntou-se a preocupação com a saúde e a ordem. Nesta citação estão expressas as mudanças empreendidas na cidade pelo Marquês de Pombal:

Foram esses engenheiros de mentalidade prática, general Manuel de Maia (1672-1768); o coronel Carlos Mardel (1695-1763) e o capitão eugênio dos Santos (1711-1760) que sob o mais minucioso escrutínio de Pombal desenvolveram a arquitetura e a rede das econômicas ruas pombalinas e a grande praça defronte do Tejo que faz de Lisboa, em nossos dias, um exemplo clássico de cidade planejada do século XVIII (...). Determinou-se que as ruas teriam dezoito metros de largura (quinze metros para a rua e três para a calçada) os cruzamentos de ruas foram feitas nos ângulos certos, e as ruas secundárias tinham doze metros de largura. (...) Promoveu-se um esforço inovador em artigos pré-fabricados; trabalhos em ferro, entalhes em madeira, telhas, artigos de cerâmica, eram todos padronizados, assim como projetos globais das fachadas para as novas construções. (MAXWELL, 1996: 24-26)

Compreender esse detalhamento da transformação da cidade de Lisboa será importante mais adiante, para enfocar Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital de Mato Grosso, no período do governo do 4º Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quanto à observação dos traçados das ruas e construções dos fortes da fronteira.

Uma outra medida tomada pelo Marquês de Pombal foi referente à área da educação. Foi um período de debates intensos, onde as ideias de Newton, Descartes, Locke começaram a colocar em xeque a educação sob a égide da Companhia de Jesus, que era considerada pelos seus opositores como a defensora de uma

tradição escolástica *morta e estéril*. Foi neste ambiente que as universidades portuguesas passaram por uma completa reestruturação, com a entrada dos *cristãos novos* (descendentes dos judeus portugueses que foram obrigados, em 1747, a abraçar o cristianismo, para não serem expulsos, retornando aqueles que haviam sido forçados a deixar Portugal por causa da Inquisição) que impulsionaram a produção científica lisboeta.

Um exemplo desse novo momento da ciência em Portugal é a *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1793) feita pelo naturalista e colecionador brasileiro², formado em Portugal, Alexandre Rodrigues Ferreira, acompanhando pelos desenhistas e botânicos José do Rio Negro, os sertões de Mato Grosso e Cuiabá, somando um total de 39.372 quilômetros, na década de oitenta do século XVIII. A formação dos viajantes e o objetivo da expedição enquadravam-se no ambiente de mudança decorrente do movimento das ideias iluministas e do projeto de reformas feitas por Pombal. Até aquele momento, as Ciências Naturais eram uma cadeira preparatória ou auxiliar. A partir das reformas, ela se estabeleceu com um ramo autônomo do saber. Foi quando surgiu a Faculdade de Filosofia Natural. Alexandre Rodrigues Ferreira matriculou-se em Coimbra em 1774, para o estudo na área de integrado nos quadros do Gabinete de História Natural do Real Museu da Ajuda em Lisboa até 1783, quando partiu para o Brasil.

O Real Museu da Ajuda e o Jardim Botânico da Ajuda estavam em estreita ligação com a Secretaria de Estado da Marinha e Negócio Ultramarinos, como instituições científicas, e compunham o quadro das reformas, das quais segue uma breve caracterização:

Fundado com o propósito de assistir, como componente prático enquanto local de experiência e demonstração(...). [O Real Museu e Jardim Botânico] tornou-se num dos mais relevantes gabinetes do Portugal setecentista, ao conciliar diversos vectores do saber científico, uma vez que era: museu de história natural: jardim onde entre outras finalidades, se alimentavam plantas oriundas de outras zonas, de outros continentes; centro de informação e difusão de conhecimentos de naturalistas portugueses e estrangeiros, de funcionários administrativos de reino e das colônias; organismo articulador das informações que, relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais ou com as ciências da natureza, chegavam à Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos, oriundas do ultramar; e, finalmente, núcleo de formação e preparação de alunos formados na Universidade de Coimbra, que o Estado Português queria utilizar no reconhecimento natural e na exploração econômica do território. (DOMINGUES, 1992: 20)

A expedição enquadra-se nesse novo movimento de conciliar a ciência como um instrumental a fim de racionalizar a exploração das colônias. Neste sentido, a expedição prestou-se à observação da natureza, pelo reconhecimento das potencialidades econômicas, preferencialmente agrícolas, informação da colonização portuguesa no Estado do Grão-Pará, além de questões de natureza política e geoestratégica, por ser uma área de tensão entre dois impérios, o português e espanhol. O conhecimento dessa área que abrangeu a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira era vital para a política e economia da metrópole.

Retomando as medidas empreendidas por Pombal, temos a expulsão dos jesuítas das colônias em 1759, quando eram responsáveis pela educação das populações indígenas, o uso da Língua Portuguesa em substituição à Língua Geral e a desestruturação dos modelos arquitetônicos indígenas, com a imposição dos modelos europeus.

Dentro da estrutura econômica e administrativa, houve medidas que garantiram um maior controle das finanças por Pombal, tais como: a criação do Erário

em Lisboa, em 1761, que tinha como característica a centralização e a racionalização de toda a renda da Coroa. O seu inspetor era o próprio Pombal. O objetivo do Tesouro era centralizar todos os assuntos fiscais para tornar este órgão o único responsável pelos diferentes setores da administração fiscal, desde a receita da alfândega até o cultivo dos monopólios reais. Na colônia, houve a criação de Companhias de Comércio como a de Pernambuco e Paraíba (1759) e do Grão-Pará e Maranhão (1755), e a introdução de novos produtos de exportação como o cacau, o arroz e o algodão.

Pombal também encorajou o processamento e a manufatura na colônia, como no Maranhão.

Estabeleceram-se máquinas de beneficiamento de arroz e importaram-se técnicos especializados da Europa destinada à produção de roupas para as forças militares locais. A companhia, sensível à originalidade de suas ações, defendeu essa política com base no argumento de que “a importância de tais oficinas sempre foi útil para o Estado, pois impede o fluxo de dinheiro para estrangeiro”. (MAXWELL, 1996: 97)

Em todas essas medidas estão presentes as preocupações com o controle monopolista da circulação, o incentivo à produção colonial de interesse comercial e o tráfico de escravos. A criação do Real Etário estava inserido na preocupação metropolitana sobre o controle fiscal.

Além das questões de ordem econômica, Pombal teve que usar sua habilidade diplomática na revisão dos Tratados de Limites com a Espanha. Foi nesta tensão que se concentrou todo processo de ocupação da Capitania de Mato Grosso. A própria constituição da capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, já fazia parte dessa estratégia de expansão e posse de terras que até então pertencem a Espanha.

Em 1750, em acordo diplomático, os Países Ibéricos associam o tratado de Madri, com base no princípio do direito romano *uti possidetis* (a posse de fato, sem contestação). Os acordos foram revistos com avanços e retrocessos para Portugal e um exemplo disso é o distrato de El Prado em 1781, que revogou o Tratado de Madri. Já o tratado de Santo Idelfonso, de 1777, estabeleceu de forma definitiva a fronteira da América portuguesa, nas margens orientais do Rio Guarapé, em troca da Colônia Sete Povos das Missões, na bacia platina, na região Sul da colônia portuguesa.

Colonizar e civilizar: a fronteira Oeste do Brasil

Junto ao processo de consolidação dos tratados de fronteira encontra-se uma medida tomada pelo Marquês de Pombal para o controle, povoação e posse dos domínios portugueses na América: a criação do Diretório Geral dos Índios, que foi um projeto de civilização do Brasil no século XVIII. Para as noções de civilização e colonização utilizaremos a conceituação da antropóloga Rita Heloísa de Almeida, em seu trabalho *O diretório dos Índios* (1997):

Entende-se “civilização como uma ação deliberada sobre os índios do Brasil, no sentido de sua conversão aos valores e comportamentos dos civilizadores portugueses. (:25). (...) o conceito esteve sempre associado a uma intervenção sobre o outro extra-europeu, em nosso caso os índios do Brasil. (:29)
(...) intenção educadora no sentido de uma transformação [e colonização], toda ação que foi colocada em prática pelos portugueses para assegurar a posse e a expansão das terras do Brasil, desde a sua “descoberta” até a emancipação política. (:53)

A caracterização do Diretório foi feita no mesmo trabalho de Almeida (1997) em um estudo detalhado sobre o projeto da colonização portuguesa do século XVIII, sendo base para a minha reflexão aqui.

O Diretório continha 95 parágrafos, que tratavam sobre vários aspectos do processo de colonização, desde a civilização dos índios aos problemas de distribuição das terras para o cultivo, as formas de tributação, produção agrícola e comercialização, expedições para a coleta de espécies nativas, relação de trabalho dos índios com os moradores, edificações de vilas, povoamentos e manutenção dos povoados por meio dos descimentos, presença de brancos entre índios, comportamentos esperados entre as partes, casamentos e perfil do diretos, e a figura que substituiu os jesuítas.

O diretório foi lei aprovada por força de um alvará de 17/09/1758, até sua extinção pela carta régia de 12/05/1798. O documento foi escrito a partir das primeiras instruções de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ao seu irmão, o governador conquistas territoriais, atuando nos limites dos domínios português e espanhol, afim de reformular a maneira do colonizador ver as populações indígenas habitantes dessa área indefinição.

Todas as medidas empreendidas pelo governo português em relação às populações indígenas enquadravam-se na necessidade primeira do aumento demográfico neste espaço da América portuguesa, pretendendo dar “liberdade” aos índios, proibindo sob qualquer pretexto a sua escravização, para transformá-los em vassalos do rei, o que neste momento não significava usurpar suas terras. A corte precisava deles como *guardiões naturais da fronteira*.

Em relação aos espaços a serem disciplinarizados para transformar os índios em vassalos reais, houve a padronização dos aldeamentos em estilo europeu.

Alexandre Rodrigues Ferreira, o cientista brasileiro formado sobre a égide da nova educação de Portugal, na expedição científica nas capitânicas da região Norte e Oeste do Brasil, percebeu o significado da ordenação do espaço na lógica das sociedades indígenas.

Cada maloca, de per si, é uma pequena povoação (...) o ambiente interno segue, evidentemente, uma ordem diversa da que pretende implantar o Diretório. Há repartição internas, e estas seguem o desenho circular das malocas, definindo o lugar em que cada casal tem seu próprio fogo, instalar sua rede e demais pendentes pessoais, o centro é partilhado por todos, sendo destinado aos trabalhos de subsistência e aos momentos de lazer coletivo, como uma dança. (FERREIRA *apud* ALMEIDA, 1997: 186)

Sobre essa percepção da organização do espaço como reflexo da própria organização da sociedade, o Diretório dos índios atuava no sentido de desestruturar os territórios indígenas, para a construção de uma nova ordem espacial, reflexo da cultura europeia colonizadora, transformando-os em relação aos códigos culturais europeus:

As linhas da arquitetura delineiam o comportamento que se espera inculcar nos índios, mediante a separação diferencial dos interiores (...) organizados à imitação dos modelos de administração de cidades e municípios trazidos pelos colonizadores portugueses. (ALMEIDA, 1997:45)

No processo de secularização das aldeias, a sua arquitetura trouxe os modelos da cultura portuguesa. Nesses novos aldeamentos era recomendada a edificação de estabelecimento e comércio, cadeia pública e casas para residência dos índios. A intervenção em habitações indígenas, pelos funcionários da Coroa, tinha por finalidade as transformações dos seus espaços em povoações, vilas e ou cidades. As cidades de Lamego e Leonil foram dois exemplos disso.

Os aldeamentos, dentro da política colonizadora portuguesa, mostravam a necessidade da força de trabalho indígena e da transformação do espaço em códigos culturais portugueses. As cidades citadas anteriormente, Leonil e Lamengo, eram aldeias indígenas de populações oriundas da Missão de Miojos (missão jesuítica localizada no lado esquerdo do Guaporé, posse espanhola) e os índios eram utilizados como trabalhadores no apoio aos camboeiros. Essas cidades situavam-se na antiga Capitania do Grão-Pará.

O documento intitulado “Memória a respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de Joaquim, Itomanas e Maxupo; e das três missões da Madalena, da conceição e de São Joaquim”, escrito por Francisco José de Lacerda e Almeida, possibilita visualizar a política de destruição das Missões do lado espanhol, o trânsito na fronteira do Guaporé e construir hipóteses sobre a situação vivida pelas populações indígenas da fronteira.

Os índios d'esta missão destruída [missão de São Miguel destruída no governo do 1º capitão General de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura no ano de 1762], assim como o gado vacum e cavalari, foram mudado para a aldeia chamada de Leonil, que nos pertence. Nas missões desertas ainda existem por entre os matos laranjeiras, bananeiras, cacaoes, (...). O rio tem pouco peixe (...) espontaneamente se tinham passado no anno de 1781, para os nossos estabelecimentos, obrigados da fome que nas suas terras padeciam de caça e o rio de peixe, bases fundamentais do sustento dos índios selvagens. Porém passado algum occultamente se retiram, preferindo a fome ao pão ganhado com o suor de seu rosto, para não dizer antepondo a liberdade verdadeira, que tinha no seu paiz à fingida que entre os nossos têm”. (LACERDA e ALMEIDA *apud* RIHGB, Tomo XIII)

Podemos sintetizar o objetivo dos aldeamentos dentro do Diretório, como: garantir o patrimônio populacional representado por índios catequizados e outros ainda por conhecer e contactar nas novas terras e serem exploradas, especialmente as situadas na fronteira (ALMEIDA, 1997:162).

Concomitantemente à reorganização dos territórios indígenas por um modelo do colonizador português, temos a imposição da língua portuguesa como obrigatória, em substituição à língua geral. A imposição da língua portuguesa foi uma das faces do embate com jesuítas e também uma afirmação política sobre os domínios conquistados.

A língua geral pode ser definida como:

Uma língua construída pelos brancos, a partir do Tupinambá. Ou seja, o colonizador se apropria de um traço cultural do “outro” e o transforma num elemento chave da ação colonizatória, impondo sua própria religião e seu modo de vida as diversas etnias(...) A língua que era originalmente do “outro”, passa a representar e marcar a diferença da cultura do branco (...). O objetivo é utilizar a Língua Geral como instrumento político de afirmação étnica, para fins de definir territórios culturais específicos, numa área caracterizada pelo multilinguístico. (BARROS *et al.*, 1996: 192)

A criação pelos jesuítas da língua geral garantiu a eles um controle sobre as populações aldeadas, na medida em que ela dificultava o contato com os demais europeus, fossem colonos portugueses e ou autoridades coloniais. O uso da língua geral permitiu estabelecer uma conexão com as missões espanholas, circunscrevendo assim um universo da ação dos jesuítas que se afirmava como um domínio político próprio da congregação, rompendo as fronteiras das monarquias portuguesa e espanhola. Logo, o uso da língua geral diluía as fronteiras, tornando a língua a porta de entrada da invasão e tentativa de estabelecimento do poder missionário.

Dentro das metas da política pombalina, que era o controle dos seus domínios d'além-mar, o Diretório dos Índios estabeleceu de forma contundente a imposição da língua portuguesa como a oficial dos domínios de Portugal.

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles a Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhe radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as nações polidas do mundo este prudente, e sólido sistema nesta conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservam". (Diretório Geral *apud* ALMEIDA, 1997: 172-173)

Um dos mecanismos utilizados pelos portugueses para a construção de territorialidade lusitana foi o estabelecimento das escolas nos aldeamentos, consolidando assim a língua portuguesa, tornada a língua oficial.

Villa Bella: ícone lusitano da fronteira

A arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se o soberano, manifestou-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno dessas exigências. Ora no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos e políticos. (FOUCAULT, 1993: 211)

A construção de Vila Bela da Santíssima Trindade localiza-se na necessidade que tinha Portugal de garantir a posse e o controle da fronteira Oeste do Brasil na segunda metade do século XVIII.

Podemos voltar aos conceitos de territorialidade e fronteira para poder compreender o significado atribuído à vila como capital de Mato Grosso. Como vimos, territorialidade é uma representação coletiva que um grupo social constrói para exercer o controle sobre uma determinada área em busca da construção da sua identidade. A fronteira, enquanto um dado cultural, está relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade.

O território "é formado através de um dado de materialidade, mas este é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são apenas abstratas" (MALDI, 1997: 186). Segundo Maurice Halbwachs *apud* Michael Pollak (1989: 1):

Os momentos (...) o patrimônios arquitetônicos e seu estilo (...), as paisagens, as datas e personagens históricas (...) as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (...) enfatizam a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória coletiva.

Se a memória é um elemento para a construção da identidade coletiva, a definição do que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimentos e as fronteiras culturais.

Partiremos da consolidação do território em sua materialidade para a compreensão da construção de Vila Bela.

No ano de 1748, por força de um alvará, Mato Grosso foi separada da Capitania de São Paulo e nomeado para governá-la Antônio Rolim de Moura. A nova capitania abrangia uma área de 8 mil léguas quadradas e limitava-se ao Norte

com a Capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul com as capitanias de Goiás e São Paulo e a Oeste, com os governos de Chiquitos, Mojos e Paraguai, na fronteira espanhola.

Para a consolidação de Vila Bela enquanto espaço a ser construído por rodem da metrópole portuguesa, foram lançados vários incentivos, como a redução de impostos, isenção de pagamentos dos dízimos e do pagamento do direito de entrada. Esses privilégios duraram dez anos e seus habitantes tiveram por três anos isenção de dívidas anteriormente contraídas.

Vila Bela foi planejada para representar a posse e o poderio do império luso na região do Guaporé, no processo da definição da fronteira Oeste e diante da representação construída do *outro lado*, nas áreas das missões de Mojos e Chiquitos.

Segundo Denise Maldí (1997: 195):

A missão como “instituição de fronteira” foi uma característica da colonização ibérica em muitas áreas (...). A experiência primordial dos missionários foi a sedimentação de sociedades que tinham na mobilidade um elemento cultural tradicional – a “redução” foi uma resposta de “civilização” do espaço selvagem.

Entre as experiências, encontravam as missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos, que se localizavam no lado espanhol do Guaporé. Essas missões compunham o imaginário lusitano naquele espaço. A missão de Mojos ocupava uma extensa região, com os índios subdivididos em numerosos grupos, falantes da língua *Aruak*. A primeira missão foi fundada em 1682, mas só se tornou conhecida pelos portugueses em 1723, sofrendo um processo de desestruturação a partir de 1767, com a expulsão dos inacianos dos domínios espanhóis. “Um organismo próprio que, embora estivesse inserido na ordem colonial através do regime fiscal (pagamento de tributos) e, portanto, prestando-se aos objetivos da metrópole, manteve-se soberana” (MALDI, 1997: 197).

A sociedade de Mojos era predominantemente agricultoras, sendo os principais produtos cultivados o milho, a mandioca, mamão, banana, cana-de-açúcar e algodão. Eram os índios também caçadores, pescadores e coletores. A coleta, segundo Maldí (1989:34) *era uma atividade importante na medida em que constituía a base de uma rica farmacopeia e fornecia suplementos para a alimentação, sobretudo ovos de tartaruga*.

A província de chiquitos viveu de forma mais autônoma até a década de 90 do século XVIII, quando recebeu os missionários, em consequência de uma expedição punitiva. Em 1696, os jesuítas concentraram-se em Chiquitos, fundando a missão de São Rafael, no local onde supunham comunicar-se com o rio Paraguai. “A região seria o ponto-chave para o domínio da bacia do Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com o alto Peru e o Amazonas. (...) A população de Chiquitos em 1785 chegou a quase vinte mil habitantes” (MALDI, 1989: 89).

O principal propósito das missões jesuítas era o de transformar os sem lei nem governo em comunidades que refletissem as concepções de uma sociedade ordenada. A mudança na orientação política, com a expulsão dos inacianos, à luz das ideias ilustrados, selou o destino das missões.

Neste período houve o rompimento das relações entre indígenas e portugueses com a entrada de tropas espanholas.

A imagem de período imediatamente pós-expulsão jesuítica é a de caos absoluto (...), reflexo de uma perda de identidade cultural, e que os índios estariam incapazes de se reorganizarem fora da profunda ingerência disciplinar. (...) perplexidade e revolta contra os párocos, seus novos curas e, posteriormente deserções em massa cujo destino

raramente era a floresta, mas quase sempre a travessia da fronteira e do domínio espanhol. (MALDI, 1989: 89)

No processo da construção do imaginário da fronteira, a organização de Mojos e Chiquitos contribuiu para a construção de uma imagem de força e organização de domínio do lado espanhol. Segundo Denise Maldí (1989: 117) as categorias fronteira e conquista são indissociáveis, logo “*O avanço português no Guaporé, se processaria com um forte sentimento de animosidade onde a tensão se polarizou em torto da disputa pelos povos indígenas*”.

Diante da caracterização da construção da alteridade, as missões foram ícones da fronteira espanhola. No encontro com o modelo de organização de Mojos e Chiquitos, Portugal se deparou com a necessidade de construir o espaço “inexplorado”, “desconhecido” e “selvagem” em território lusitano, para alcançar objetivos econômicos e políticos.

Para consolidar esse território enquanto posse portuguesa, foram constituídos ícones da modernidade europeia-lisboeta nos rincões da sua colônia na América. Vila Bela, na margem direita do Guaporé, é um exemplo de construção do espaço que trouxe as características dos traços arquitetônicos da segunda metade do século XVIII, embutida a sua concepção de *ordem*.

Com a vinda do 4º Capitão General, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para Mato Grosso, o plano arquitetônico foi colocado em execução.

Fazia parte das metas do governo português povoar efetivamente o vasto território do seu domínio através de uma política urbanizadora do governo do marquês de Pombal, diante da necessidade de revisão dos tratados de limites.

Para viabilizar a política de urbanização e povoamento, foram enviadas para todas as regiões do Brasil, em datas diversas, cartas régias e instruções para que as autoridades representativas do governo luso promovessem a criação de povoações e erigissem estas e as aldeias indígenas em vida. (FLEXOR, 1995: 82)

Dentro desta política lusitana de disciplinarização dos espaços, o Marques de Pombal esclareceu em uma carta datada de 26 de janeiro de 1765 a real finalidade da política urbanizadora lusa:

A fundação das vilas, a liberdade dos índios e o desenvolvimento do comércio entre eles, seria o melhor meio de resistir aos jesuítas, cuja maior força e riqueza na América tinha sido o domínio completo da civilização dos mesmos índios. (FLEXOR, 1995: 81)

O 4º Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governou por 17 anos a região da fronteira Oeste do Brasil. Era um católico e ao mesmo tempo pombalino, um oficial engenheiro do exército português e portanto, com uma educação considerada científica. Embora não tivesse disso aluno regular da Universidade de Coimbra, a sua formação, no primeiro momento, foi sob a orientação de preceptores particulares e depois em academia militar, onde as reformas na educação com uma orientação científica, respaldada na geometria e no pensamento cartesiano, estavam presentes.

Em sua conhecida biografia, Gilberto Freyre apresentou Luiz de Albuquerque como um “*português criado em solar de boa eira e de melhor beira*”. Como um representante por excelência da política pombalina, juntou *critério científicos no seu modo de ser administrador, político, diplomata* (FREYRE, 1978: XVII).

[Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] era um fidalgo da Casa da Ínsua de Viseu da Beira Alta [região Norte de Portugal]. Filho de Francisco de Albuquerque de Castro, 10º Morgado de Casal Vasco e 9º Senhor do Morgado dos Mello, da Lousã, e também 5º Senhor da Ínsua e Senhor de Espichel, e de Dona Isabel /maria de Mello de

Albuquerque Pereira e Cáceres. Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres nasceu fidalgo. Albuquerque fidalgo. Mello Fidalgo. Castro Fidalgo (FREYRE: 1978: 87)

No seu governo, outro ícone da modernidade foi construído na margem direita do rio Guaporé: *o Real Forte Príncipe da Beira*.

Entende-se a fortificação na parte Oeste do Brasil como uma forma de marcar a presença portuguesa neste espaço, onde os limites ainda estavam voláteis. O forte integrou o plano político e econômico da colonização lusitana e era um lugar de passagem obrigatória para quem transitava da Capitania do Grão-Pará para Mato Grosso, pelo caminho fluvial Madeira -Guaporé.

A importância estratégica do Forte Príncipe da Beira dependeu de vários fatores que, em última análise, se prendem à viabilidade de Mato Grosso enquanto parte integrante do território brasileiro e com o sistema de comunicações vitais para a existência da capitania (...) a criação de povoados e fortificações em locais-chave teriam, assim, uma importância estratégica. (DOMINGUES, 1992: 4)

A escolha do local para a construção do Forte foi feito no ano de 1773, porém o início da obra deu-se em 20 de junho de 1776. O engenheiro responsável pela construção do forte foi o genovês Domingos Sambucetti, quem assumiu a construção foi o geógrafo e engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra.

Esse engenheiro compunha o quadro de governo de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Ele nasceu na cidade do Porto em Portugal, em 1748, e faleceu no Forte de Coimbra, no dia 21 de janeiro de 1809. Foi coronel do corpo de Engenheiros e diplomado na Universidade de Coimbra, em Portugal. Fez importantes explorações geográficas e como engenheiro reconstruiu o Forte de Coimbra, em 1797. Foi auxiliar do Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Suas principais realizações foram a demarcação da fronteira do baixo rio Jauru ao rio Madeira, de acordo com o Tratado de Santo Idelfonso de 1777. Explorou vários afluentes do Amazonas e fez o levantamento dos rios Madeira e Guaporé. Reconheceu os Campos de Parecis, as cabeceiras dos rios Jauru, Barbado, Juruena e toda a região fronteira, seguindo depois pelo Paraguai abaixo até a Baía Negra, e rio acima até o rio Cuiabá.

Escreveu muito nos 30 anos que viveu na Capitania de Mato Grosso e algumas de suas obras estão publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tais como:

“Mato Grosso, navegação do Rio Tapajó para o Pará”; “Parecer sobre o aldeamento índio Uaicurus e Guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”; “Extrato do Diário de Reconhecimento do Rio Paraguay, desde o lugar da Boca do Marco, na Boca do Jauru”; “Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso em 31 de janeiro de 1800”, “Extrato da Descrição Geográfica da capitania de Mato Grosso feita em 1797”.

O Forte Príncipe da Beira foi construído a 700 quilômetros de Vila Bela, rio abaixo, e 3.700 quilômetros de Belém, rio acima, portanto em uma região de difícil acesso, o que provoca até hoje muitas controvérsias em consequência da dificuldade de aquisição do material necessário à sua construção.

Segundo José Maria de Souza Nunes (1985), a característica do projeto do Forte Príncipe da Beira foi a de *uma fortificação abaluartada no Sistema Vauban* (Sistema idealizado pelo francês Sebastian Le Prestes – O Senhor Vauban – caracterizado pela utilização de baluartes espalhados ao longo das cortinas nos ângulos). Foi a partir dele que as fortificações ganharam um tom mais racional, onde as construções se adaptavam ao terreno e ao traçado, não eram resultados

simples de traçados geométricos. Era de estrutura quadrangular, com cento e dezenove metros e meio de lado e dez de altura. Tinha um fosso que o cercava, e quatro baluartes. Ângela Domingues (1992: 10) acrescenta que os dois baluartes voltados ao rio foram dedicados à Nossa Senhora da Conceição e a Santa Bárbara; os outros dois Santo Antônio de Pádua e a Santo Avelino, com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Internamente, foi constituído de um saguão abobadado, praça de quartéis da guarnição, dependências do governador, capela, paiol subterrâneo, armazéns, prisões, cisterna, além de um acesso subterrâneo à mata da serra como alternativa aos defensores.

A mão de obra utilizada era sobretudo escrava e de oficiais mecânicos. O financiamento das obras era da Fazenda Real. Em um documento analisado por Gilberto Freyre (1978: 35), do arquivo do Tribunal de Contas, Fundo do Erário, em Lisboa, está a afirmação:

Luiz recorreu ao braço africano, de preferência ao indígena, para aqueles trabalhos, que exigiram esforço sistemático e mais rotineiro. Para este tipo de esforço, o braço indígena era incerto ou precário. Além do que, sob Pombal, o ameríndio tornara-se livre: não podia ser submetido, a ser ilegalmente, à escravidão.

A antropóloga Denise Maldí (1989: 167) fez uma caracterização com outra perspectiva, para a compreensão do Forte Príncipe da Beira:

O Guaporé pós-jesuítico assinala um clima de contradição e decadência. A expulsão dos inacianos, sob a alegação de que, por um lado controlavam o contrabando, por outro, dificultavam as relações na fronteira era absurda e inócua. Os portugueses continuaram a manter a fronteira em estado de alerta, chegando a iniciar a construção do Forte Príncipe, um gigantesco mausoléu, para proteger uma navegação que agonizava. A tentativa do estabelecimento de relações comerciais se fez através da oficialização do contrabando. Permutava-se a prata espanhola pelo ouro português.

Esta abordagem da antropóloga Denise Maldí nos possibilita compreender o contrabando por um outro ângulo, no processo da construção do Forte Príncipe da Beira, compondo o grande mosaico que foi o território lusitano na América, onde o controle e a racionalidade ilustrada conviviam com a prática do comércio ilícito.

Toda esta construção era para garantir a posse lusitana, como a execução da planta arquitetônica de Vila Bela criada nos gabinetes lisboetas, a criação do “gigantesco mausoléu”, o forte Príncipe da Beira, a criação de vilas e cidades, obedecendo as ordenações portuguesas inscritas no Diretório Geral dos Índios. Junta-se a essa política de transformação dos espaços em território lusitano e civilizado, a representação do glamour da corte de Portugal – As grandes festas no palácio do 4º capitão general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres⁴.

As festas no período colonial brasileiro, segundo Nizza Silva (1993: 274) assumiam a dupla função de divertir o povo e ao mesmo tempo despertar venerações pelos seus governantes. No governo de Luiz de Albuquerque, na Capitania de Mato Grosso, havia também o objetivo de consolidar a cultura lusa.

Segundo Gilberto Freyre (1978: 59):

Nenhum mais remoto de que Vila Bela do Santíssimo Sacramento, onde nos dias de Luiz, governador, houve tanta representação de comédia, tanto recitativo de poesias, tantos bailes, tantas cavalcadas na praça. Luiz como promotor e animador dessas expansões de alegria portuguesa e dessas exhibições de arte europeia, quase no meio de matos tropicais no interior do Brasil.

As obras e as grandes festas foram a marca do governo de Luiz de Albuquerque. Tinha a fama se der “O mais lusitano dos estilos”, com fogos de artifícios, tiros de artilharias, representação de ópera e comédias, recital de poesias, danças e banquetes e o desfile da nobreza com as “mais ricas sedas”.

As festas correspondiam sempre às datas significativas da metrópole, como o aniversário da rainha e a devoção a santos (Santo Antônio). Segue uma descrição de festa de Santo Antônio:

No dia primeiro de junho daquele ano se principiou a trezena da festividade de Santo Antônio na matriz desta vila, de que foi juiz Sua Excellencia, restando o culto deste nosso Protetor (...), Não só a nobreza da Villa, mas também a dos arrayais que em toda festividade e trezena se encheu de povo esta Capital que jamais teve dias tão alegres e cheios de divertimentos (...). no dia 6 deu sua Excellencia beyja mão pellas nove horas aos ministros, officiais militares, vereadores e nobreza em gratulação, e para bem do cumpre annos de sua majestade Fidelissima, a que se seguiu bum jantar de cobertas de muita profusão, como também ceia. (Anal de Vila Bela do ano de 1777, *apud* FREYRE, 1978: 146)

No processo de lusitanização do Oeste brasileiro, a tradição culinária que compõe o cenário da representação da festa também desempenhou um papel importante, para disciplinar o paladar à moda europeia.

O historiador Edvaldo Cabral Mello (2000: 6), nos ajuda a pensar o hábito alimentar do Brasil colônia, rompendo a tese de que os portugueses teriam aderido aos costumes da terra.

Já nos anos 60 no século 16, quando ainda não se fizera sentir a prosperidade açucareira, o Padre Rui Pereira admirava-se de ser a Capitania de Pernambuco “mui provida das coisas do reino”, donde “continuamente se vende pão de trigo, vinho, azeite etc.” Destarte, em matéria de provisões, “quem tiver com que as compre, não há diferença do reino”. Anchieta observava que “alguns ricos comem pão de farinha de trigo de Portugal, máxime em Pernambuco e Bahia, e de Portugal também lhes vêm vinho, azeite, vinagre, azeitona, queijo, conserva e outras coisas de comer.

Segundo documento analisado por Gilberto Freyre (1978), nos Anais de 1781, manuscrito que se encontra na Casa da Ínsua, em Portugal, consta a afirmação: “*huma magnífica ceia (...) preparada pelos cozinheiros de sua excellência preparado ao modo lusitano*”.

A caracterização do século XVI, conforme Evaldo Cabral Mello, nos permite pensar os banquetes em Vila Bela promovidos por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Compunham uma das faces da ritualização da posse lusa do Oeste da América, na segunda metade do século XVIII.

No processo da construção da fronteira Oeste da colônia portuguesa os ícones foram os símbolos utilizados para a construção do território, transformando assim os espaços “desconhecidos” em território lusitano.

Mesmo sendo a materialidade em elemento para a construção do território, a sua interpretação foi fundamental para das prosseguimento ai meu próximo projeto de estudo sobre as representações portuguesas, agora com um olhar mais direcionado sobre as relações étnicas entre portugueses, as sociedade indígenas, a população espanhola, enfim todo o universo que compunha o mosaico multicultural do território luso na América.

Referências

- ALMEIDA, R. H. *O Diretório dos Índios: um projeto de colonização no Brasil do século XVIII*. Brasília: EdUnB, 1997.
- ALVES, R. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- ARRUDA, J.J. de A. “O sentido da Colônia: Revisando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)”. In: *História de Portugal*. Bauru/ São Paulo/ Portugal: EDUSP/UNESP/ Instituto Camões, 2000.
- BARROS, M.; BORGES, L; MEIRA, M. A Língua geral como identidade construída. *Revista de Antropologia (USP)*, 39 (1), 1996.
- BUARQUE de HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 23 d. São Paulo: Ed Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON. R. *O Grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. São Paulo: Ed. Graal, 1986.
- DOMINGUES, A. O forte Príncipe da Beira na estratégia de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. *Revista Portugalia de História* (no prelo).
- DOMINGUES, A. Um novo conceito de ciência ao serviço da Razão de Estado: A viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao norte brasileiro. *Ciclo de Conferências sobre “Alexandre Rodrigues Ferreira”*. Lisboa: Academia da Marinha, 1992.
- FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1983.
- FLAMARION, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: ensaio de teoria Metodológica*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993
- FREXOR, M.H.O. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia e civilização dos índios do Brasil”. In: SILVA, M. B. N. (org.). *História de Portugal: Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995.
- FREYRE, G. *Contribuição para uma Sociologia de Biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Cuiabá: Editora da fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- LACERDA E ALMEIDA, F. J. Memória a respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de São Joaquim, Itomanas e Maxupo; e das três missões da Madalena, da Conceição e de São Joaquim, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. L. Tomo XII.
- LE GOFF, J. (org.). *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1994.
- LE GOFF, J. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- LOPES, A. P. de O. *Cultura e Contato: os Bororo em Mato Grosso pós-guerra do Paraguai*. Monografia apresentada no Departamento de História da UFMT/ Cuiabá, 1999 (mimeo).

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVII e XIX. *Revista de Antropologia*, 40 (2), 1997.

MALDI, D. *Guardiões da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

MATOSO, J.; TENGARRINHA, J. (org). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal: EDUSP/UNESP/Instituto Camões, 2000.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal o paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra, 1996.

MELLO, E. C. Nas fronteiras do Paladar. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, 28 de maio de 1999.

MENDONÇA, R. de. *Dicionário Bibliográfico Mato-Grossense*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1953.

NOVAES, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC 1981.

NUNES, J. M. de S. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht/Spalla, 1985.

PACHECO de OLIVEIRA, J. *Ensaio em Antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1999.

PESSOA, F. *O Eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, 1989.

PÓVOAS, L. C. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1995.

SILVA, M. B. N. *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.

SOUZA, L. de M. *Aspectos da História de Minas do século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).
Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site